

3. Diversos

RELATÓRIOS

BANCO BAÍ EUROPA, S. A.

Sede social: Avenida António Augusto Aguiar, 130, Lisboa.
Capital social: 17 500 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 505274922.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 11 262.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Apreciação geral

O ano em retrospectiva

Ao longo de 2005 tornaram-se mais evidentes os benefícios da estratégia implementada no decorrer do ano de 2004 a qual envolveu uma importante reestruturação do Banco BAÍ Europa (Banco ou BAÍE) com mudanças significativas promovidas logo a partir desse ano.

Os objectivos, de redução de custos, de redireccionamento da actividade do Banco, de consolidação do ambiente de controlo interno e de gestão criteriosa de riscos, foram alcançados conforme se verifica pelos resultados de 2005, que, embora ainda negativos, evidenciam uma melhoria significativa em relação aos apurados no ano transacto. A actual estrutura do Banco está alinhada com o plano estratégico definido.

Os resultados atingidos demonstram, assim, e de forma clara, o efeito positivo das decisões tomadas a propósito do plano de reestruturação.

Contudo, uma análise mais atenta da evolução das operações do Banco no ano findo não pode dispensar a consideração do enquadramento económico em que sua actividade se desenvolveu bem como o impacto desse enquadramento na sua actuação. Sendo o seu mercado alvo o sector empresarial português com relações comerciais existentes ou potenciais com Angola, a conjuntura económica nestes dois países torna-se relevante.

O desempenho da economia portuguesa durante o ano de 2005 ficou bastante aquém das expectativas que existiam no início desse período. É conveniente recordar, por exemplo, que o próprio Banco de Portugal, no seu *Boletim Económico* de Dezembro de 2004 previa um crescimento do PIB de 1,6% e que, de acordo com as estimativas mais recentes, esse crescimento terá sido apenas de 0,3%. Em tal contexto o impacto negativo da quebra acentuada do investimento (— 3,6%) e do abrandamento do consumo privado e público na actividade das empresas foi bastante notório. Mantiveram-se ou agravaram-se os níveis elevados de endividamento, os prazos de recebimento muito alargados e um escasso crescimento do volume de negócios. Estas situações, de um modo geral, contribuíram para aumentar o risco de crédito às empresas. Neste contexto, o Banco sentiu a necessidade de moderar a actividade de concessão de crédito, sendo evidente o impacto dessa orientação no comportamento da sua carteira de crédito.

Num contexto mais favorável, a economia angolana, desde o início do processo de paz e reconciliação nacional em 2002, tem sofrido uma rápida transformação, particularmente nos últimos dois anos. São notórios os resultados dos esforços do governo para relançar a economia e criar um ambiente propício ao crescimento da actividade económica. Essa transformação é muito evidente, por exemplo, na redução da taxa de inflação (estimada em 17% para 2005, comparada com 105,6% registada em 2002), no desenvolvimento do sistema financeiro, com destaque para o aumento do número de bancos a operar no sector e para o aumento na complexidade organizativa do sistema, e, ainda, no crescimento do produto interno bruto, que em 2005 se estima em 15,5%.

Estes desenvolvimentos e perspectivas positivas na economia angolana conjugados com a situação negativa que se vive actualmente na economia portuguesa, têm vindo a estimular um crescente número de empresas portuguesas a estabelecer ou a intensificar as relações comerciais e as representações em Angola. A evidenciá-lo, estão as

exportações portuguesas para aquele País que no ano de 2005 atingiram 800 milhões de euros, representando um aumento de 129 milhões de euros em relação a 2004, tendo as exportações de Angola para Portugal aumentado 23 milhões de euros em 2004 para um total de 25 milhões de euros em 2005. No final do ano de 2005 o Banco começou a sentir o impacto positivo do aumento das relações comerciais entre Portugal e Angola, pelo que se perspectivam melhores resultados nesta área de negócio, ao longo de 2006.

Do que antecede, decorre que os anos de 2004 e 2005 foram, assim, um período de reestruturação e consolidação. Encerrámos o ano de 2005 com uma estrutura preparada para enfrentar com sucesso os desafios que certamente se nos vão deparar no futuro, de forma a atingir um crescimento sustentado. Todavia, mais uma vez, importa salientar que a nossa performance se encontra igualmente sujeita à envolvente externa da nossa actividade, não se podendo desprezar que existem factores que não controlamos e cuja ocorrência é imprevisível, como por exemplo o desempenho da economia.

Demonstrações financeiras: alguns destaques

Os desenvolvimentos mais significativos reflectidos nas demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2005 são os seguintes:

Resultado do exercício de 2005 — o BAÍE registou, no final do ano, um prejuízo de 188 394 euros (prejuízo de 4,5 milhões de euros em 2004). Esta melhoria significativa nos resultados é devida, sobretudo, a dois factores, a saber: (i) redução dos custos operacionais do banco e (ii) não ter havido necessidade de constituir provisões para a cobertura de créditos vencidos ou em situação de cobrança duvidosa;

Provisões para crédito vencido — verificou-se uma redução significativa na constituição de provisões para créditos em situação de cobrança duvidosa, sendo que em 2005, esta rubrica registou um proveito, como resultado da redução em 331 640 euros das provisões necessárias para cobertura de crédito vencido. As provisões líquidas constituídas em 2004 ascenderam a 2 721 957 euros.

No decorrer de 2005, assinala-se a venda a título definitivo a uma entidade com a qual mantemos uma relação de grupo de 3,9 milhões de euros de crédito vencido totalmente provisionado nessa data, que possibilitou a realocação dessas provisões para cobertura de créditos que ainda não se encontram em condição de crédito vencido, mas para os quais as perspectivas de recuperação são duvidosas.

Esta situação, aliada a uma política prudente e criteriosa gestão de risco, originou por um lado a redução de provisões em balança (345 149 euros), e por outro um excedente de provisões no final do ano face ao crédito vencido em cerca de 2 milhões de euros;

Custos com pessoal — verificou-se uma diminuição de 47% nestes custos em relação ao ano anterior, consequência do plano de reestruturação implementado, com uma redução significativa do quadro de pessoal do Banco;

Passivo — débitos com instituições de crédito e débitos para com clientes — verificou-se um aumento de 75 milhões de euros nestas duas rubricas, que perfaziam um total de 134 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2005, resultado do esforço de intensificação e de articulação de relações do Banco com o BAÍ Angola e com outras entidades relacionadas.

Perspectivas futuras

Tendo reorganizado e consolidado a estrutura do Banco, a atenção do conselho de administração está agora concentrada no desenvolvimento da actividade, com o objectivo de promover o crescimento das receitas através de iniciativas comerciais de diversa ordem, entre as quais a diversificação dos produtos e serviços do Banco e o alargamento da carteira de clientes, sempre num contexto de gestão de risco adequada e prudente.

Contudo, a definição da estratégia não pode dispensar a consideração do enquadramento macroeconómico em que a actividade do Banco de desenvolve e o impacto que esse enquadramento terá na sua actividade.

Para o ano de 2006 prevê-se a continuação do fraco desempenho da economia portuguesa, considerando os vários problemas estruturais com que se defronta e cuja resolução não se afigura nem rápida nem fácil.

Esta situação continuará, previsivelmente, a representar um factor negativo para o crescimento da nossa actividade.

Pelo contrário, para a economia angolana abrem-se perspectivas de um crescimento histórico do PIB acima de 25%, influenciado fundamentalmente pelo crescimento do sector petrolífero (sendo que a produção de petróleo está prevista aumentar de aproximadamente 1,5 mbd para 2,0 mbd entre 2006 e 2008). Prevemos que esta situação venha a exercer um efeito positivo na actividade do Banco. Todavia, não deixamos de ter consciência da existência de outros factores moderadores como, por exemplo, o aumento significativo da concorrência no sector bancário em Angola induzido pelas boas perspectivas económicas.

A intensificação do nosso relacionamento com o BAÍ Angola, o qual detém uma posição de relevo no mercado financeiro daquele país, continua a ser um factor decisivo na estratégia do Banco, sendo também nossa intenção obter um melhor aproveitamento das relações que têm vindo a ser desenvolvidas com os accionistas do grupo, bem como com outras entidades residentes em Angola e que desenvolvem ou pretendem vir a desenvolver actividades em ambos os mercados.

A política de contenção de custos continua a ser um factor chave na gestão do Banco. Neste âmbito, não se pode deixar de anotar que tendo os trabalhadores abrangidos pelo despedimento colectivo impugnado em tribunal a decisão do Banco, este será obrigado, no decorrer de 2006, a continuar a suportar custos adicionais com a defesa da sua posição.

A experiência destes últimos dois anos justifica plena confiança na capacidade de o Banco alcançar os objectivos traçados. No entanto, estamos conscientes de que vamos enfrentar, no próximo ano, um cenário macroeconómico caracterizado por riscos consideráveis no que diz respeito ao desempenho da economia portuguesa, e que, apesar de muito positivas as perspectivas da economia angolana, existem também outros desafios associados a este mercado como o aumento na concorrência no sector bancário conforme acima mencionado.

Sendo certo que as perspectivas para 2006 são animadoras, não se deixa de ter consciência do muito esforço necessário para atingir os objectivos traçados. Em qualquer caso, o conselho de administração irá prosseguir a tarefa de recuperação económica e financeira do Banco, cujos efeitos se fizeram sentir claramente no último ano, de forma a transformar o Banco numa instituição de crédito de referência, orientada por padrões de integridade e competência.

Agradecimentos

É o nosso capital humano que faz a diferença. O Banco tem uma equipa de pessoas com talento e profissionalismo, cuja energia, empenhamento e apoio tornaram possível o sucesso alcançado no cumprimento dos objectivos propostos.

Assim agradece-se a todos os empregados o seu valioso contributo e a sua forte determinação, que constituíram um elemento determinante para ultrapassar as condições difíceis que o Banco teve de enfrentar.

Agradece-se aos clientes a confiança depositada no Banco, esperando este poder continuar a apoiá-los, em especial nos negócios e investimentos que possam envolver Portugal e Angola.

Enquadramento macroeconómico em 2005

1 — A economia mundial manteve em 2005 um ritmo de expansão bastante satisfatório, próximo de 4,5%, embora em ligeira desaceleração em relação ao verificado em 2004, que tinha sido superior a 5%, beneficiando de um crescimento do comércio internacional da ordem de 7%.

Para este desempenho global contribuíram especialmente o comportamento bastante dinâmico das economias asiáticas, com relevo para as economias de mercado emergente, nalguns casos com taxas de crescimento próximas dos dois dígitos, bem como a continuação do forte ritmo de expansão da economia americana, cujo PIB terá registado uma expansão de cerca de 3,5%.

2 — Característica muito marcante deste período foi a subida dos preços das matérias-primas, com particular destaque para o petróleo, que voltou a atingir novos máximos históricos.

O aumento do preço do petróleo foi o reflexo de um conjunto de factores, sobressaindo a manutenção de uma procura bastante sustentada, a nível mundial, a rigidez da capacidade de produção disponível, ao nível da refinação, e ainda as incertezas resultantes de perturbações, de natureza política sobretudo, do lado de alguns países produtores.

Essa evolução dos preços das matérias-primas, não tendo afectado significativamente o ritmo de crescimento, contribuiu, no entanto,

para uma alteração das expectativas inflacionistas e para uma mudança de políticas por parte das autoridades monetárias.

3 — A combinação de um crescimento económico robusto com um agravamento dos preços das matérias primas, em especial do petróleo, levou a uma alteração das expectativas inflacionistas e a uma mudança de atitude dos responsáveis pela condução das políticas monetárias, embora não se tivessem confirmado os piores receios de propagação dos fortes aumentos dos custos das matérias primas aos preços dos produtos finais.

De uma forma geral, reduziu-se o carácter acomodaticio e estimulante destas políticas, que havia caracterizado o período que se seguiu aos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque.

Especialmente marcante desta nova linha de política foi a continuação da estratégia de gradual subida da taxa de juros (*fed funds*) pelo Banco de Reserva Federal nos Estados Unidos da América, iniciada em meados de 2004, quando essa taxa se situava ainda em 1%, tendo sido aumentada até 2% em 2004, atingindo 4,25% em Dezembro de 2005 após sucessivos aumentos de 0,25 p.p. Já no ano 2006 ocorreram dois novos aumentos de 0,25 p.p., situando-se nesta altura a taxa *fed funds* em 4,75%.

Esta política do Banco de Reserva Federal terá sido um dos factores que explicam o fortalecimento do dólar americano em relação a outras divisas, em especial contra o euro, ao longo de 2005, particularmente no segundo semestre do ano. Foram, assim, contrariadas as previsões da generalidade dos analistas económicos que no início do ano prognosticavam o enfraquecimento do dólar como elemento indispensável de correcção dos desequilíbrios da economia americana.

Também o Banco Central Europeu (BCE) decidiu aumentar em 0,25% a sua taxa de intervenção em Dezembro de 2005, para 2,25%, depois de mais de dois anos em que essa taxa se manteve em 2%. O BCE entendeu que não se justificava manter uma política que na sua própria apreciação se mostrava acomodaticia, face às perspectivas de evolução dos preços no consumidor, a sinais de sobreaquecimento no mercado da construção imobiliária em alguns países da zona e à emergência de um clima económico com expectativas mais favoráveis para a generalidade da união europeia.

Ao rever a sua política, o BCE deixou assim entender que novas subidas poderiam vir a verificar-se em 2006 (nova subida, também de 0,25 p.p., foi, entretanto, decidida no final de Fevereiro, existindo nos mercados a expectativa que a taxa do BCE possa chegar até aos 3% nesta fase de ajustamento).

4 — Neste contexto, a economia portuguesa apresentou um desempenho bastante modesto em 2005, com uma taxa de variação do PIB de 0,3%, desacelerando em relação a 2004, quando o PIB havia crescido 1,1%, e agravando o diferencial negativo (de 0,6 para 0,9 p.p.) relativamente ao crescimento da área do euro.

Apesar desta desaceleração da actividade económica, assistiu-se a um agravamento do desequilíbrio das contas externas, em parte devido ao aumento da factura das importações de petróleo, tendo o défice conjunto da balança corrente e da balança de capital subido para cerca de 8,3% do PIB, contra 5,9% em 2004, constituindo um dos défices mais elevados da área da OCDE.

No quadro desta evolução pouco favorável, salienta-se o comportamento negativo do investimento em capital fixo, que deverá ter apresentado uma quebra próxima de 3,5%.

O consumo privado e público terão continuado a crescer (1,9% e 1,1%, respectivamente), embora a um ritmo algo inferior ao observado no ano anterior.

Para este desempenho pouco eficiente da economia portuguesa continua a pesar a evolução desfavorável da produtividade, o que explica que as exportações portuguesas, de uma forma geral, tenham continuado a perder quotas de mercado, acentuando uma tendência que vem já de meados da década de 90, como assinala o Banco de Portugal.

O desempenho da economia portuguesa continua e deverá continuar, ao longo dos próximos anos, a ser afectado por uma excessiva afectação de recursos a actividades não produtivas ou muito pouco produtivas, em resultado da grande expansão das despesas do sector público administrativo, que se registou em particular nos últimos 10 anos.

Assim, a economia portuguesa, por força da deterioração da sua capacidade competitiva, não tem sido capaz de tirar partido do crescimento da procura externa nos mercados de destino das suas exportações. Acresce que, nos últimos anos, se acentuou a concorrência de outros países nesses mesmos mercados, tornando ainda mais difícil a posição das exportações portuguesas.

Como tem sido assinalado pelas autoridades, torna-se indispensável e é mesmo prioritária a prossecução de um grande esforço de racio

nalização do sector público administrativo e de contenção da despesa pública, como condição para um melhor desempenho da economia.

Tais objectivos continuavam, por isso, inscritos no último Programa de Estabilidade enviado para a comissão europeia, na sequência do qual o conselho ECOFIN decidiu, em Setembro de 2005, que a política de redução do défice orçamental português deverá ter como objectivo atingir um valor inferior a 3% do PIB em 2008.

5 — Entre as principais economias avançadas, os Estados Unidos da América continuaram a apresentar o ritmo de crescimento mais elevado, sustentado pelo dinamismo do consumo e do investimento privados e beneficiando de um crescimento acentuado da produtividade e de uma melhoria das condições no mercado do trabalho.

Esta evolução verificou-se apesar da manutenção de elevados desequilíbrios económicos, tanto ao nível do orçamento federal, com um défice da ordem de 4,5% do PIB, como das contas externas, que registaram um défice de cerca de 6% do PIB.

O défice externo, em grande parte resultante de um desequilíbrio na balança de mercadorias, continuou a ser financiado sem grandes problemas pelo afluxo de capitais do exterior, sob a forma de investimento directo e de aquisição de títulos de dívida, designadamente, de títulos emitidos pelo tesouro americano. Os grandes financiadores continuam a ser os países que registam maiores *superavits* nas suas contas externas, nomeadamente, países da Ásia e também países exportadores de petróleo.

A economia japonesa manteve a trajectória de recuperação dos últimos anos, tendo apresentado um crescimento semelhante ao do ano anterior, podendo estimar-se uma variação do PIB próxima de 2,5%, beneficiando desta vez de alguma recuperação do consumo privado depois de anos sucessivos de estagnação. Com efeito, a confiança dos consumidores japoneses evidenciou sinais claros de melhoria, tendo o respectivo indicador atingido em Dezembro o valor mais elevado da última década.

Parece igualmente ultrapassada a longa fase de deflação, tendo os preços no consumidor apresentado variações marginalmente positivas nos últimos meses do ano.

A economia europeia, por sua vez, continuou a apresentar o crescimento mais lento entre as principais economias avançadas, devendo ter sido pouco superior a 1% no caso da área do euro em 2005.

Realce-se, todavia, o facto de no 2.º semestre se ter verificado um maior dinamismo, com destaque para a evolução francamente positiva do investimento, nas suas diferentes componentes, o que tem sido interpretado como sinal de alguma retoma em 2006.

Este comportamento menos dinâmico da economia europeia é consequência da prolongada frouxidão da procura interna, em especial do consumo privado, a qual por sua vez reflecte os problemas inerentes a um mercado de trabalho rígido e com reduzidas perspectivas de melhoria, bem como um ambiente mais ou menos generalizado de pouca confiança dos consumidores e dos empresários.

6 — Noutras regiões do globo, merece natural referência a continuação de um ritmo muito forte de crescimento das economias da China e da Índia, no primeiro caso muito próximo de 10% e no caso da Índia acima de 7%.

Estas economias têm beneficiado de um forte influxo de investimento estrangeiro bem como de uma oferta de mão-de-obra em larga escala e a custos muito baixos. A combinação destes factores e de uma rápida absorção de novas tecnologias na indústria transformadora, tem permitido que o desempenho económico desses países aproveite largamente da expansão das exportações, com ganhos significativos de quota de mercado para muitos produtos manufacturados.

Cite-se, como exemplo, o aumento de 11% para 22% da quota de mercado dos têxteis e do vestuário de origem chinesa na União Europeia, que se verificou de 2004 para 2005.

Este fenómeno tem vindo, aliás, a motivar reacções de tipo proteccionista da parte de países importadores, tanto na união europeia como nos Estados Unidos da América, com destaque para a reacção à concorrência dos têxteis, do vestuário e do calçado de proveniência especialmente chinesa, tendo suscitado a aplicação de quotas de importação ou o agravamento de direitos alfandegários.

7 — Num contexto mais favorável, a economia angolana, desde o início do processo de paz e reconciliação nacional em 2002, tem sofrido uma rápida transformação, particularmente nos últimos dois anos, sendo evidentes os resultados dos esforços do governo para relançar a economia e criar um ambiente propício ao crescimento da actividade económica. Essa transformação é muito evidente por exemplo na redução da taxa de inflação (estimada em 17% para 2005, compara com 105,6% registada em 2002), no desenvolvimento do sistema financeiro, com destaque para o aumento do número de ban-

cos a operar no sector e para o aumento na complexidade organizativa do sistema, e ainda no crescimento do produto interno bruto, que em 2005 se estima em 15,5%.

Merece particular realce a melhoria das contas com o exterior, tendo Angola apurado em 2005 um *superavit* da balança de pagamentos, de cerca de 3,2 mil milhões de dólares, equivalente a 4,7% do PIB, beneficiando sobretudo da notável expansão das exportações, que cresceram de 13,5 mil milhões de dólares em 2004 para 20 mil milhões em 2005.

Esta melhoria das contas externas permitiu um significativo reforço das reservas cambiais do País, que no final de 2005 ascendiam já a 3 mil milhões de dólares, o que não só permite reduzir os riscos de insuficiência de liquidez para satisfação de compromissos externos como ainda tem um efeito muito positivo na atracção de capitais e na negociação de financiamentos externos que são necessários para apoiar o grande esforço de investimento que o País enfrenta.

Também digna de nota é a evolução muito favorável que se registou em diferentes sectores da economia, além do sector petrolífero, designadamente na construção civil (+ 16%), nas outras indústrias extractivas (+ 15,8%), na agricultura e pescas (+ 15,8%), na produção de electricidade (+ 13%) e na indústria transformadora em geral (+ 15%).

A evolução favorável destes sectores permite perspectivar, a médio prazo, uma menor dependência das importações de bens de consumo e intermédios, o que se afigura de grande importância para o equilíbrio sustentado das contas com o exterior e para o financiamento do esforço de investimento nomeadamente em infra-estruturas.

Enquadramento da actividade do Banco BAÍ Europa

Actividades operacionais

Departamento Banca de Investimento (DBI):

No âmbito da reestruturação implementada, que incluiu também o redireccionamento dos negócios e actividade do Banco, esta área concentrou-se mais na aplicação dos fundos excedentários do Banco em activos, maioritariamente de curto prazo, através de uma política de maior diversificação da carteira de activos, tal como participações em operações de financiamento estruturadas por outros bancos, nacionais e internacionais.

Não obstante esta alteração, este departamento teve também oportunidade de efectuar vários trabalhos nas áreas de *structured finance* e *corporate finance*.

Departamento de Mercados e Negócios (DMN):

Nota-se um aumento no risco de negócio no sector empresarial português pelas razões já mencionadas, relacionadas com o fraco desempenho da economia portuguesa. Esta situação traduz-se no aumento do risco de crédito na maioria das empresas com as quais o Banco tem relações comerciais.

Considerando a política de crédito conservadora do Banco, tem-se vindo a reduzir a exposição a clientes e sectores de actividade que consideramos de maior risco, tendo a carteira de crédito deste departamento sofrido um decréscimo assinalável, embora esta redução tenha sido, em grande parte, substituída pelo aumento das operações de investimento no DBI, conforme acima referido.

	2005	2004	Variação percent.
DMN	14,5	21,7	- 33
DBI	12,7	6,3	102
Crédito vencido	3,9	8	- 51
Provisões	- 5,8	- 6,2	- 6
<i>Total da carteira de crédito líquida</i>	25,3	29,8	- 15

Durante o ano de 2005, tivemos oportunidade de vender a título definitivo créditos vencidos no montante de 3,9 milhões de euros a uma entidade relacionada, facto que também contribuiu para a redução da carteira de crédito.

O enquadramento económico desfavorável em Portugal, conjugado com as perspectivas muito positivas para o mercado angolano tem incentivado muitas empresas a iniciar relações comerciais com Angola. Como consequência desta situação, o Banco tem vindo a registar um aumento da procura dos seus serviços por entidades por-

tuguesas com interesse no mercado angolano. Perspectivamos um aumento futuro da actividade nesta área.

Verificou-se um acréscimo significativo nos depósitos de clientes durante o ano, tendo esta rubrica fechado com o saldo de 39,7 milhões de euros (18,6 milhões de euros no ano transacto). Assinala-se, no entanto, que a carteira de depósitos do Banco continua a ser composta por poucos clientes com depósitos de elevados montantes, o que caracteriza este recurso financeiro de uma natureza mais volátil.

Entretanto, e apesar de se encontrarem constituídas provisões para o efeito, continuam a existir alguns créditos considerados de cobrança difícil e que têm merecido a maior atenção da gestão do Banco, no sentido de encontrar soluções para a sua regularização e recuperação.

Departamento de Mercados Financeiros (DMF):

O Departamento de Mercados Financeiros, na sequência da reestruturação acima referida, alterou a sua estratégia de actuação, tendo cessado as actividades de negociação e investimento em títulos emitidos por residentes em países emergentes, durante o ano de 2004. Assim, em 2005, este departamento concentrou-se no apoio à actividade do Banco, com vista a uma gestão mais eficiente da liquidez actuando, principalmente, no mercado interbancário, designadamente através do aumento da diversificação dos canais institucionais de colocação. Paralelamente, foram prestados serviços relacionados com operações cambiais aos nossos clientes.

Actividades de suporte

Recursos humanos:

Em 31 de Dezembro de 2005 o Banco contava com um total de 16 colaboradores (19 em 2004). O pessoal do Banco é o seu activo mais valioso e a chave para o seu sucesso.

O Banco possui uma equipa de jovens profissionais com muito talento e com um leque de experiência variada, centrada na prestação de serviços aos nossos clientes e no assegurar que a actividade do banco é conduzida dentro das normas e da legislação aplicável.

Nestes dois últimos anos foi criada uma cultura própria e um ambiente de trabalho estimulante, que permitiu alcançar os objectivos estabelecidos para o desenvolvimento da nossa actividade.

Sistemas de informação:

Este departamento prosseguiu a actividade que vinha desenvolvendo, tendo sido responsável pela implementação de vários programas de suporte necessários para um mais eficiente tratamento de dados e obtenção de informação de gestão.

Durante o ano foi, também, implementado a nova *release* do sistema operacional do Banco e concluída a redefinição do desenho da rede interna, da estrutura de comunicações e dos níveis de acesso aplicativos.

A adopção obrigatória das normas internacionais de contabilidade a partir de 1 de Janeiro de 2006 determinou a alteração significativa das actuais práticas de contabilidade, o que, por sua vez, implicou alterações expressivas nos sistemas informáticos de contabilidade do banco, que tiveram que ser implementadas ao longo de 2005.

Departamento de Auditoria Interna:

O Departamento de Auditoria Interna (DAI) é responsável por assegurar que os processos operacionais do Banco são os adequados para identificar, monitorizar e controlar os riscos a que este está exposto, numa perspectiva custo/benefício.

Ao longo de 2004, foi efectuado um trabalho rigoroso de adequação do sistema e procedimentos de controlo interno (SPCI) à realidade do Banco, tendo sido implementados, para o efeito vários novos procedimentos. Durante o ano de 2005, o departamento trabalhou no sentido de garantir que o sistema de controlo interno continue adequado face ao desenvolvimento da actividade do Banco.

Adicionalmente, o DAI tem a responsabilidade de acompanhar todas as actualizações das normas e instruções emitidas pelo Banco de Portugal e assegurar, em conjunto com a administração, o seu cumprimento efectivo. Durante o ano de 2005 as alterações mais significativas nesta matéria, derivaram da transição para as normas internacionais de contabilidade (IAS) a 1 de Janeiro de 2006. Esta mudança do referencial contabilístico no sistema financeiro português acarretou implicações significativas, que necessitaram de ser devidamente

identificadas e acauteladas, designadamente ao nível do tratamento prudencial, dos impactos da transição e do reporte de informação financeira à entidade de supervisão bancária.

O controlo e prevenção do branqueamento de capitais continua a ser uma área de importância, requerendo um acompanhamento constante devido às actualizações regulares constantes das normas emitidas pelo Banco de Portugal.

Nesse sentido, destacam-se as alterações levadas a cabo nas regras de abertura de contas, na sequência das novas normas emitidas pelo Banco de Portugal.

Avaliação e gestão de riscos

O conselho de administração reconhece que a gestão de riscos do Banco é essencial para o seu sucesso e, por isso, continuará a desenvolver esforços no sentido de assegurar a melhoria da identificação, compreensão e gestão dos riscos inerentes à sua actividade.

O objectivo do Banco é o de assegurar que apenas assume níveis de risco adequados à sua dimensão e estrutura, bem como às exigências e aos requisitos legais da sua actividade.

Desta forma, procura o conselho de administração gerar, de forma sustentada, uma rentabilidade proporcional ao risco assumido.

Risco de crédito

O risco de crédito representado pelo risco de perda potencial incorrida pelo Banco no evento de uma contraparte não cumprir as obrigações contratadas junto do banco, é um dos riscos mais relevantes da nossa actividade.

A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas prudenciais estabelecidas pela entidade de supervisão bancária.

A melhoria dos indicadores de risco da carteira de crédito, é fruto dos novos procedimentos implementados durante o ano de 2004, não só ao nível da monitorização e avaliação da exposição dos riscos, mas como também no accionamento de mecanismos adequados de intervenção e de detecção de situações de alerta.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro equivale ao impacto na margem financeira de alterações nas taxas de juro, que se dá quando existem *mismatches* nos prazos dos activos e passivos.

São feitas avaliações periódicas dos *mismatches* das taxas de juro nos activos e passivos e das tendências dos movimentos das taxas de juro do euro e dólar, de forma a monitorizar e gerir a possível exposição do Banco a situações de risco.

Risco de mercado

Durante o ano de 2005 a actividade de negociação e investimento em mercados financeiros não teve grande expressão na actuação do Banco.

Em consequência, o risco de mercado não é considerado como sendo um risco de muita relevância na sua actividade.

Risco cambial

O Banco actua principalmente com activos/passivos em dólares e euros. A política adoptada vai no sentido de não manter posições cambiais abertas de montantes significativos e, consequentemente, posições resultantes de operações em dólares são cobertas com os instrumentos adequados de acordo com os limites definidos.

A monitorização deste risco é feita numa base diária através da análise da posição cambial global, bem como na análise periódica do comportamento da posição em aberto face ao comportamento da divisa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor de fundos suficientes para dar satisfação às suas responsabilidades, especialmente a curto prazo.

O Banco tem assumido uma posição conservadora na gestão de liquidez, mantendo sempre uma posição muito líquida a curto prazo, de forma a poder satisfazer as suas necessidades de tesouraria em qualquer situação de *stress*.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de prejuízo resultante de processos, pessoas e ou sistemas inadequados ou insuficientes, ou eventos externos.

O Banco tem vindo e continuará a prosseguir todos os esforços, tendo em vista melhorar o seu funcionamento e mitigar, o mais possível, o risco operacional inerente na sua actividade.

Análise financeira

De seguida apresenta-se uma breve análise das demonstrações financeiras e da actividade do BAÍE em 2005.

Demonstração dos resultados

O BAÍE registou um prejuízo de 188 394 euros na conta de resultado do exercício para o ano de 2005 (4,5 milhões de euros em 2004).

O produto bancário manteve-se basicamente inalterado em relação ao ano transacto, sendo que uma grande parte da atenção da gestão

do Banco durante o ano de 2005 foi, ainda, para a consolidação da estrutura e a redução de custos.

Os custos de funcionamento sofreram uma redução de 36% relativamente ao valor observado em 2004, resultado da reestruturação levada a cabo em 2004.

O *ratio* de eficiência *cost to income* verificou uma melhoria significativa:

	Percentagem	
	2005	2004
Custos de funcionamento/produto bancário	111,2	164,6

Adicionalmente, as provisões para crédito vencido, para riscos gerais de crédito e para outros riscos e encargos, beneficiaram de uma redução líquida no valor de 331 648 euros, ao invés do que sucedeu em 2004, quando foram constituídas provisões num montante total de 2,7 milhões de euros.

	2005	2004	Variação percent.
Margem financeira (MF)	1 242 763	1 109 364	12
Juros e proveitos equiparados	4 011 778	2 337 262	72
Juros e custos equiparados	(2 769 015)	(1 227 898)	126
Margem complementar (MC)	722 318	954 389	— 24
Comissões	502 088	580 964	— 14
Resultado com operações financeiras	155 177	269 699	— 42
Outros serviços e proveitos operacionais	65 053	103 726	— 37
Produto bancário (MF + MC)	1 965 081	2 063 753	— 5
Custos de funcionamento	(2 185 030)	(3 397 025)	— 36
Custos com pessoal	(1 019 792)	(1 918 808)	— 47
Outros gastos administrativos	(1 067 991)	(1 474 333)	— 28
Outros	(97 247)	(3 884)	2 404
Amortizações e provisões	113 816	(2 952 205)	— 104
Amortizações	(217 824)	(230 248)	— 5
Provisões líquidas	331 640	(2 721 957)	— 112
Resultados extraordinários	(77 394)	(167 351)	— 54

Balanço

Passivo e capitais próprios:

Os débitos para com instituições de crédito no estrangeiro representam depósitos do nosso accionista maioritário e de outra entidade relacionada do grupo, os quais evidenciam o aumento de relações comerciais com essas instituições durante o ano de 2005.

Nos débitos para com clientes nota-se um aumento significativo de 21 milhões de euros de 2004 para 2005. Mais uma vez, este aumento é o resultado de uma melhoria das relações comerciais com os nossos clientes, através de um esforço de captação de recursos financeiros complementares. No entanto, a carteira de depósitos a clientes do Banco continua a ser caracterizada por uma elevada concentração, o que implica necessariamente uma certa volatilidade deste recurso.

	2005	2004	Variação percent.
Passivos financeiros:			
Débitos para com instituições de crédito no estrangeiro	94 376 276	40 408 483	134
Débitos com clientes	39 663 489	18 619 680	113
Passivos subordinados	4 500 000	4 500 000	n. a.
<i>Total dos passivos financeiros</i>	<u>138 539 765</u>	<u>63 528 163</u>	<u>118</u>
Provisões para riscos e encargos	367 264	665 459	— 45
Outros passivos	1 355 768	1 232 885	10
Resultados do exercício	(188 394)	(4 461 519)	— 96
Reserva legal	257 379	257 379	—
Resultado transitado	(3 825 191)	635 036	— 702
Capital afecto	<u>17 500 000</u>	<u>17 500 000</u>	<u>—</u>
<i>Total dos passivos não financeiros e capital</i>	<u>15 466 826</u>	<u>15 829 240</u>	<u>— 2</u>
<i>Total</i>	<u>154 006 591</u>	<u>79 357 403</u>	<u>94</u>

A 31 de Dezembro de 2005, o *ratio* de solvabilidade apurado de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal para efeitos de adequação de fundos próprios ascende a 30,6 % para um limite mínimo de 8%, o que traduz num significativo potencial de crescimento da actividade.

Fundos próprios elegíveis (Banco de Portugal)	18 445 976
Fundos próprios de base — Tier I	13 590 831
Fundos próprios complementares — Tier II	4 855 145
Requisitos fundos próprios	4 818 235
Activos ponderados	60 227 943
Fundos próprios disponíveis	13 627 740

Activos:

Crédito sobre clientes registou uma redução de 4,4 milhões de euros, sobretudo como consequência da venda de 3,9 euros de crédito vendido a uma entidade relacionada do grupo. Considerando o enquadramento económico do país e a política de crédito conservadora do Banco, foi seguida uma estratégia de manter a carteira de crédito vivo a níveis de 2004, ao mesmo tempo diversificando o risco, reduzindo a exposição a empresas no mercado nacional e aumentando a exposição a empresas no mercado internacional. A rubrica de títulos de rendimento fixo apresenta um saldo de 2,5 milhões de euros no final do ano de 2005, enquanto que no final de 2004 esse saldo foi de 9 milhões de euros. A actividade de aplicações em títulos de rendimento fixo manteve-se ao longo do ano a níveis entre os 7 milhões de euros e 10 milhões de euros, sendo que a grande parte destes activos se venceram em Dezembro de 2005. Esta actividade está ainda numa fase inicial, sendo propósito do Banco aumentar a sua posição neste tipo de investimentos.

	2005	2004	Variação percent.
Activos financeiros:			
Disponibilidades	2 255 951	4 399 663	— 49
Aplicações financeiras	121 529 317	34 016 318	257
Crédito	25 388 223	29 776 482	— 15
Títulos de rendimento fixo	2 552 194	9 002 937	— 72
Participações financeiras	707 754	612 978	15
<i>Total de activos financeiros</i>	<u>152 433 439</u>	<u>77 808 378</u>	<u>96</u>
Activos não financeiros:			
Imobilizado não financeiro	696 666	853 757	— 18
Outros activos	876 486	696 560	26
<i>Total de activos não financeiros</i>	<u>1 573 152</u>	<u>1 550 317</u>	<u>1</u>
<i>Total de activos</i>	<u>154 006 591</u>	<u>79 358 695</u>	<u>94</u>

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração propõe que o resultado líquido negativo de 188 394 euros, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 17 de Março. — O Conselho de Administração: *Mário Palhares*, presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *José Paiva*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *Manuel Vicente*, administrador.

Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

		ACTIVO			(Em euros)
		2005			2004
Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	51.1	592 498	—	592 499	974 011
Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito		1 663 452	—	1 663 452	3 425 652
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	121 529 317	—	121 529 317	34 016 318
Créditos sobre dentes	14 e 24	31 209 668	(5 821 445)	25 388 223	29 776 482
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		2 560 525	(8 331)	2 552 194	9 002 937
<i>a) Emissores públicos</i>	7, 10 e 24	(560 025)	(8 331)	(552 194)	(661 181)
<i>b) Outros emissores</i>	7 e 10	(2 000 000)	—	(2 000 000)	(8 441 756)
Acções e outros títulos de rendimento variável		—	—	—	—
Participações	50	707 754	—	707 754	612 978
Partes de capital em empresas coligadas		—	—	—	—
Imobilizações incorpóreas	11	841 892	(668 929)	152 963	201 417
Imobilizações corpóreas	11	1 203 721	(660 018)	543 703	652 340
Das quais: (imóveis)	11	(363 759)	(110 495)	(253 264)	(287 661)
Capital não realizado		—	—	—	—

(Em euros)

	Notas	2005		2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Acções e partes de capital próprias		—	—	—
Outros activos	31	173 674	—	173 674
Contas de regularização	27	702 812	—	702 812
Prejuízo do exercício	29	188 394	—	188 394
<i>Total do activo</i>		161 373 706	(7 187 054)	154 194 935

PASSIVO

	Notas	2005	2004
Débitos para com instituições de crédito		94 376 276	40 408 483
a) À vista	51.2	(5 477 326)	(4 805 196)
b) A prazo ou com pré-aviso	18 e 51.2	(88 898 950)	(35 603 287)
Débitos para com clientes		39 663 489	18 619 680
a) Depósitos de poupança		—	—
b) Outros débitos		(39 663 489)	(18 619 680)
ba) À vista		(9 300 605)	(6 878 282)
bb) A prazo	18	(30 362 884)	(11 741 398)
Débitos representados por títulos		—	—
a) Obrigações em circulação		—	—
b) Outros		—	—
Outros passivos	31	303 864	752 079
Certas de regularização	27	1 051 904	480 655
Provisões para riscos e encargos		367 264	665 460
a) Provisões para pensões e encargos	24	—	—
b) Outras provisões	24	(367 264)	(665 460)
Fundo para riscos bancários gerais	24	—	151
Passivos subordinados	22 e 40	4 500 000	4 500 000
Capital subscrito	29	17 500 000	17 500 000
Prémios de emissão		—	—
Reservas	29	257 379	257 379
Resultados transitados	29	(3 825 191)	635 036
Lucro do exercício	29	—	—
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>		154 194 965	83 818 923

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2005	2004
Garantias prestadas outros passivos eventuais	23	9 959 762	11 102 917
Dos quais:			
(Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)		—	—
(Cauções e activos dados em garantia)	23	(2 735 599)	(6 901 794)
Compromissos	23	5 974 731	3 874 561
Dos quais:			
(Compromissos resultantes de operastes de venda com opções de recompra)		—	—

Demonstrações dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

CUSTOS

	Notas	2005	2004
Juros e custos equiparados		2 769 015	1 227 898
Comissões		34 891	63 545
Prejuízos em operações financeiras		5 118 959	1 686 370
Gastos gerais administrativos		2 087 783	3 393 141
<i>a) Custos com o pessoal</i>	<i>35</i>	<i>1 019 792</i>	<i>1 918 808</i>
Dos quais:			
(Salários e vencimentos)		(855 656)	(1 258 669)
(Encargos sociais)		(157 400)	(214 484)
Dos quais: (com pensões)	<i>49</i>	<i>(1 713)</i>	<i>(144)</i>
<i>b) Outros gastos administrativos</i>		<i>1 067 991</i>	<i>1 474 333</i>
Amortizações do exercício	<i>11</i>	<i>217 824</i>	<i>230 248</i>
Outros custos de exploração	<i>39</i>	<i>5 347</i>	<i>3 685</i>
Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito vencido e para outros riscos ...	<i>24</i>	<i>8 771 884</i>	<i>18 151 105</i>
Resultado da actividade corrente		14 233	4 285 278
Perdas extraordinárias	<i>39</i>	<i>93 737</i>	<i>295 781</i>
Impostos sobre os lucros	<i>41</i>	<i>4 867</i>	<i>7 398</i>
Outros impostos		91 900	200
Lucro do exercício		—	—
<i>Total</i>		<i>191 96 207</i>	<i>25 059 371</i>

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados		4 011 778	2 337 262
Dos quais:			
De títulos de rendimento fixo		(313 318)	(523 821)
Rendimento de títulos		—	—
<i>a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável ...</i>		<i>—</i>	<i>—</i>
<i>b) Rendimento de participações</i>		<i>—</i>	<i>—</i>
<i>c) Rendimentos de partes de capital em empresa coligadas</i>		<i>—</i>	<i>—</i>
Comissões		536 979	644 509
Lucros em operações financeiras		5 274 136	1 956 070
Reposições e anulações de provisões respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	<i>24</i>	<i>9 103 524</i>	<i>15 429 147</i>
Reposições e anulações de provisões respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras, participações e partes de capital de empresas coligadas		—	—
Outros proveitos de exploração	<i>39</i>	<i>65 053</i>	<i>103 726</i>
Resultado da actividade corrente		—	—
Ganhos extraordinários	<i>39</i>	<i>16 343</i>	<i>128 430</i>
Prejuízo do exercício	<i>29</i>	<i>188 394</i>	<i>4 460 227</i>
<i>Total</i>		<i>19 196 257</i>	<i>25 059 371</i>

O Conselho de Administração: *Mário Palhares*, presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *José Paiva*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *Manuel Vicente*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	2005	2004
Juros e proveitos equiparados:		
De disponibilidades	41 607	44 436
De aplicações em instituições de crédito	2 051 063	532 026
De crédito interno e ao exterior	1 498 350	1 178 123

	(Em euros)	
	2005	2004
De títulos de negociação e investimento	313 318	523 821
De crédito e juros vencidos	9 211	49 127
Outros juros e proveitos equiparados	98 229	9 729
	<u>4 011 778</u>	<u>2 337 262</u>
Juros e custos equiparados:		
De recursos de instituições de crédito	(2 293 562)	(841 077)
De depósitos	(317 013)	(161 482)
Títulos de dívida emitidos	(142 801)	(87 046)
Outras	(15 639)	(138 292)
	<u>(2 769 015)</u>	<u>(1 227 898)</u>
Margem financeira	<u>1 242 763</u>	<u>1 109 364</u>
Outros proveitos:		
Comissões recebidas	536 979	644 509
Lucros em operações financeiras	5 274 136	1 956 070
Outros	65 053	103 726
	<u>5 876 168</u>	<u>2 704 304</u>
Outros custos:		
Comissões pagas	(34 891)	(63 545)
Prejuízos em operações financeiras	(5 118 959)	(1 686 370)
	<u>(5 153 850)</u>	<u>(1 749 915)</u>
Margem complementar	<u>722 318</u>	<u>954 389</u>
Produto bancário	<u>1 965 081</u>	<u>2 063 753</u>
Custos de funcionamento:		
Custos com pessoa	(1 019 792)	(1 918 808)
Outros gastos administrados	(1 067 991)	(1 474 333)
Outros	(97 247)	(3 884)
	<u>(2 185 030)</u>	<u>(3 397 026)</u>
Cash-flow de exploração	<u>(219 949)</u>	<u>(1 333 273)</u>
Ganhos e perdas extraordinários:		
Ganhos extraordinários	16 343	128 430
Perdas extraordinárias	(93 737)	(295 781)
	<u>(77 394)</u>	<u>(167 351)</u>
Cash-flow total	<u>(297 343)</u>	<u>(1 500 624)</u>
Amortizações	<u>(217 824)</u>	<u>(230 248)</u>
Provisões:		
Provisões constituídas	(8 771 884)	(18 151 105)
Reposição e anulação de provisões	9 103 524	15 429 147
	<u>331 640</u>	<u>(2 721 957)</u>
Resultado antes de impostos	<u>(183 527)</u>	<u>(4 452 829)</u>
Dotação para impostos	<u>(4 867)</u>	<u>(7 398)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(188 394)</u>	<u>(4 460 227)</u>

O Conselho de Administração: Mário Palhares, presidente — Paula Gray, vice-presidente — José Paiva, vice-presidente — António Pinto Duarte, administrador — Manuel Vicente, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

Introdução:

O Banco BAÍ Europa, S. A. (BAÍE ou Banco), tem sede em Lisboa, foi constituído em 26 de Agosto de 2002, ao abrigo da autorização concedida por Portaria da Ministra de Estado e das Finanças, de 10 de Maio de 2002, sucedendo à sucursal do Banco Africano de Investimentos, S. A. R. L. (BAÍ, S. A. R. L.), em Portugal, e tem como objecto o exercício da actividade bancária.

A actividade do BAÍE está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerado uma instituição financeira de acordo com o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Banco, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2 — Saldos de rubricas de balanço que poderiam ser incluídas noutras rubricas:

A rubrica de balanço de outros créditos sobre instituições de crédito — depósitos com pré-aviso, expressa na nota n.º 14, contém 468 656 euros que deveriam estar registados na rubrica de acções e outros títulos de rendimento variável.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BAÍE e processadas de acordo com o PCSB, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004.

a) Especialização de exercícios. — Os juros das operações activas e das operações passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 90 dias, a respectiva regularização.

Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia das entidades indicadas no aviso n.º 3/95 que continuarão a ser contabilizados como proveitos, com contrapartida nas respectivas subcontas da conta «28 — Crédito e juros vencidos», durante todo o tempo em que os créditos se mantêm nesta situação.

Igual tratamento será dado aos juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado.

Os outros proveitos e os outros custos são também reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, excepto no caso das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência que são registados segundo o descrito na política contabilística da alínea l).

b) Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o número de anos de vida útil esperada, os quais se situam dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal portuguesa, como a seguir se indica:

Anos

Imobilizações em edificios arrendados	10
Equipamento	4 a 5
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12

c) Imobilizações incorpóreas. — O BAÍE tem por política registar nesta rubrica as despesas notariais e de registo, bem como as despesas com estudos e projectos elaborados por terceiros cujo impacto se repercute para além do exercício em que são realizados.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais, têm subjacente um período de amortização de três anos.

d) Participações financeiras. — As participações financeiras são registadas ao custo de aquisição.

A constituição de provisões para menos valias potenciais em participações financeiras é efectuada nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, que não obriga à constituição daquelas provisões salvo se, relativamente à sociedade participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes:

Ter apresentado resultados negativos em três exercícios seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;

Encontrar-se em situação de insolvência, ter sido declarado o estado de falência, ter sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas ou ter cessado actividade.

e) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável. — As compras e vendas de títulos são registadas na data de transacção, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os títulos transaccionados são objecto de esquemas de contabilização diferenciados em função das suas características e da prévia explicitação sobre a intenção de aquisição.

i) Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder seis meses, visando a obtenção de uma mais valia e em que a natureza e o volume dos títulos a transaccionar não oferecem quaisquer dúvidas quanto à sua negociabilidade tendo em conta as condições concretas do mercado.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são relevadas ao valor de aquisição e reavaliados diariamente com base no valor de mercado, acrescido do montante dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de valor de mercado, tais títulos são valorizados ao custo de aquisição acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento de juros. As diferenças negativas ou positivas que resultam da aplicação dos critérios anteriores são registadas como custos ou proveitos.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de mercado foi inferior ao custo de aquisição, tem lugar a constituição de uma provisão.

ii) Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os conservar até à maturidade ou por um prazo superior a seis meses.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (valor nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é considerada como receita com proveito diferido. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos de acordo com a taxa de juro implícita em regime de juro composto.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. Os juros corridos são contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso dos títulos — que constitui o prémio ou desconto verificado por ocasião da compra — é repercutida nos resultados de modo escalonado ao longo do período que decorrerá até à amortização.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidas nos resultados) e o valor de mercado das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisão (notas n.ºs 7 e 10).

O valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação desses juros.

f) Operações em moeda estrangeira. — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial. As operações que implicam variações do saldo líquido de uma moeda estrangeira (compras, vendas, entre outras operações) têm por contrapartida a posição cambial, enquanto que a constituição ou a aceitação de depósitos e a concessão ou a obtenção de crédito não têm qualquer efeito na posição cambial.

i) Posição cambial e operações com derivados:

O conteúdo e critério de reavaliação da posição cambial de notas e moedas estrangeiras e da posição cambial de divisas, à vista e a prazo, são como segue:

Posição cambial de notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição de divisas à vista:

A posição de divisas à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda (excepto activos representados por notas e moedas estrangeiras), acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de custos ou proveitos.

Posição de divisas a prazo:

A posição a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas swaps:

As operações de permuta de divisas e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados linearmente durante o seu período de vida, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Opções:

Os contratos de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação. Os prémios pagos pelas opções compradas bem como os prémios recebidos pelas opções vendidas são registados como despesas com custo diferido e receitas com proveito diferido e reconhecidos em resultados no momento de exercício ou no final do contrato, caso não se verifique exercício da opção.

ii) Conversão em euros de saldos em balanço em moeda estrangeira:

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado diariamente a título indicativo pelo Banco de Portugal.

iii) Conversão em euros de resultados em moeda estrangeira:

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros no final de cada mês ao respectivo câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

g) Provisões para risco específico de crédito. — As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (notas n.ºs 14 e 24), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento (escalonamento temporal).

A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos relativamente aos quais não foram integralmente pagos os juros ou encargos vencidos não interrompe o escalonamento temporal referido no parágrafo anterior, nem determina a isenção de constituição das respectivas provisões para crédito e juros vencidos.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, designadamente:

i) As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

- 1) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
- 2) Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a 10 anos;

24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

ii) Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos (notas n.ºs 14 e 24).

h) Provisões para depreciação de títulos e outros activos. — As provisões para depreciação de títulos e outros activos são constituídas para fazer face à totalidade das perdas potenciais apuradas nos termos dos critérios valorimétricos adoptados para as obrigações, acções, outros títulos de rendimento fixo ou variável e outros activos (notas n.ºs 7, 10 e 24).

i) Provisões para risco-país. — As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (notas n.ºs 7, 10, 14 e 24).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, na instrução do Banco de Portugal n.º 94/96, publicada no *Boletim de Normas e Informações* n.º 1, de 17 de Junho de 1996, e em carta do Banco de Portugal sob a referência 137/05/DSBDR, de 29 de Novembro de 2005.

j) Provisões para riscos e encargos:

i) Riscos gerais de crédito:

Estas provisões são constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho. De acordo com o regime disposto no aviso supra, estas provisões deverão corresponder a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a um mínimo de 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza idêntica (nota n.º 24).

ii) Outros riscos e encargos:

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos (nota n.º 24).

k) Fundos para riscos bancários gerais. — Destina-se a fazer face a riscos não específicos da actividade do BAÍE (nota n.º 24).

l) Pensões de reforma e de sobrevivência. — De acordo com o plano de pensões anexo ao contrato de adesão ao fundo de pensões da Pensõesger — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., o BAÍE assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Presentemente, estas prestações consistem numa percentagem crescente do número de anos de serviço do colaborador na banca, aplicada aos seus salários.

O regime de cálculo, reconhecimento contabilístico, financiamento e imputação à conta de resultados das responsabilidades por pensões

de reforma e de sobrevivência é o que está previsto no aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, de 23 de Novembro. Este regime entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2001 e introduziu alterações importantes em relação ao regime anteriormente vigente:

Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

Estabelecimento de um intervalo (corredor) de 10%, fixado em função do maior dos valores actuais das responsabilidades por serviços passados ou do fundo de pensões, por forma que os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados não sejam relevados na conta de resultados, desde que o valor líquido acumulado desses ganhos e perdas se situe dentro daquele intervalo;

Não utilização, no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo a garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (incluindo o acréscimo de responsabilidades originado pelas reformas antecipadas) é assegurada pelo fundo de pensões acima referido.

Nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos avisos do Banco de Portugal n.º 7/2002, de 31 de Dezembro, n.º 4/2005, de 28 de Fevereiro, e n.º 12/2005, de 30 de Dezembro, o valor acumulado líquido dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos

actuariais e financeiros e de alterações nas condições gerais dos respectivos planos de pensões bem como da parcela não enquadrável no corredor dos ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados pode ser relevado em custos ou proveitos diferidos devendo ser amortizado, no mínimo, em 10% ao ano a partir do exercício seguinte ao do apuramento respectivo.

m) Impostos sobre lucros. — O BAÍE está sujeito ao regime fiscal consignado no Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

4 — Derrogação aos critérios valorimétricos:

Não se verificou a existência de derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas do Sistema Bancário.

5 — Valores de balanço diferentes do valor de mercado:

O Banco não detém activos, nomeadamente títulos de investimento, que difiram por um montante importante de uma avaliação na base do último preço de mercado, conhecido antes da data de encerramento de balanço, e o respectivo valor de balanço.

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

Em 31 de Dezembro de 2005, os títulos de rendimento fixo são como segue:

	2005	2004
De emissores públicos:		
Títulos cotados:		
De investimento:		
Obrigações do Tesouro (nota n.º 23)	560 525	561 181
Provisões para depreciação de títulos (nota n.º 24)	(8 331)	—
	<u>552 194</u>	<u>561 181</u>
Títulos não cotados:		
De investimento:		
Obrigações de outros emissores estrangeiros	—	441 756
Papel comercial de outros emissores nacionais	2 000 000	8 000 000
	<u>2 000 000</u>	<u>8 441 756</u>
	<u>2 552 194</u>	<u>9 002 937</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante de títulos com vencimento durante o exercício de 2006 ascende a 2 000 000 euros.

8 — Créditos detidos sobre empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco detinha créditos sobre a sua participada Founton, Ltd., no montante de 4 412 887 euros.

10 — Inventário da carteira de títulos:

Em 31 de Dezembro de 2005, o inventário da carteira de títulos apresenta a seguinte composição:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões (nota n.º 24)
Títulos — investimento:						
Títulos de rendimento fixo — de emissores públicos:						
De dívida pública portuguesa:						
A médio e a longo prazos:						
OT 5,85 — 05/2010 (nota n.º 23)	50 000 000	100,0000	112,71	111,11	550 068	(8 100)
OT 4,875 — 08/2007 (nota n.º 23)	1 000 000	100,0000	105,45	103,15	10 457	(231)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões (nota n.º 24)
Títulos de rendimento fixo — de outros emissores:						
Emitidos por residentes:						
GPS 01	1 000 000	1,0000	95,83	n. a.	1 000 000	—
SAG 10	1 000 000	1,0000	99,74	n. a.	1 000 000	—
					2 560 525	(8 331)

Os títulos OT 5,85 — 05/2010 e OT 4,875 — 08/2007 encontram-se penhorados a favor do Banco de Portugal e do Fundo de Garantia de Depósitos, respectivamente (nota n.º 23) para efeitos de garantia da participação do BAÍE no SPGT — Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções e de substituição de parte do pagamento da contribuição anual ao FGD através de prestação de compromisso irrevogável.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os movimentos ocorridos no valor das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

Rubricas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regula-rizações	Abates (líquido)	Saldo final
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações					
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de estabelecimento	286 997	271 361	—	—	—	15 636	—	—	—
Sistema de tratamento automá-tico de dados	478 768	301 034	32 418	—	—	77 277	—	—	132 875
Outras imobilizações	23 621	23 621	—	—	—	—	—	—	—
	<u>789 386</u>	<u>596 016</u>	<u>32 418</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>92 913</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>132 875</u>
Imobilizações em curso	8 047	—	12 041	—	—	—	—	—	20 088
	<u>797 433</u>	<u>596 016</u>	<u>44 459</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>92 913</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>152 983</u>
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis em uso:									
Obras em imóveis arrendados	363 759	76 098	—	—	—	34 397	—	—	253 264
Equipamento:									
Mobiliário e material	178 910	93 293	—	—	—	21 482	—	—	64 135
Máquinas e ferramentas	21 725	15 706	—	—	—	2 006	—	—	4 013
Equipamento informático	334 337	222 661	16 273	—	—	44 063	—	—	83 886
Instalações interiores	184 468	78 470	—	—	—	18 408	—	—	87 590
Equipamento de segurança ...	70 383	44 726	—	—	—	4 555	—	—	21 102
Outros equipamentos	4 153	4 153	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações:									
Património artístico	29 713	—	—	—	—	—	—	—	29 713
	<u>1 187 443</u>	<u>535 107</u>	<u>16 273</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>124 911</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>543 703</u>

14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes:

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os outros créditos sobre instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2005	2004
Até três meses	107 020 409	32 490 362
De três meses a um ano	14 508 908	1 525 956
	<u>121 529 317</u>	<u>34 016 318</u>

O valor correspondente a 2 186 311 euros constitui um conjunto de depósitos caução (nota n.º 23).

Conforme referido na nota n.º 2, a rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito contém 468 656 euros que deveriam estar registados na rubrica de acções e outros títulos de rendimento va-

riável, as quais se incluem no depósito caução referido anteriormente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2005	2004
Até três meses	6 635 523	10 045 190
De três meses a um ano	2 271 394	5 368 418
De um a cinco anos	15 015 712	9 379 546
Superior a cinco anos	3 379 520	3 109 386
Duração indeterminada	3 907 519	8 040 536
	<u>31 209 668</u>	<u>35 943 075</u>

Os montantes correspondentes a provisões para fazer face ao risco de crédito sobre clientes encontram-se apresentados na nota n.º 24.

O valor correspondente a 3 621 941 euros registado na rubrica de créditos sobre clientes, encontra-se garantido por depósitos de instituições de crédito em igual montante (nota n.º 18). Estes depósitos foram constituídos pelo BAÍ, S. A. R. L. (nota n.º 51.2).

18 — Débitos para com instituições de crédito para com clientes:

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2005	2004
Até três meses	42 023 275	10 764 564
De três meses a um ano	46 875 675	24 838 723
	<u>88 898 950</u>	<u>35 603 287</u>

O montante correspondente a 8 932 374 euros do valor total da rubrica de débitos para com instituições de crédito — a prazo ou com pré-aviso, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes, garantias e avales, créditos documentários e activos dados em garantia (notas n.ºs 14 e 23) e a cobrir a exposição de riscos em participações financeiras (notas n.ºs 20 e 50). Destes depósitos, o montante equivalente a 8 224 620 euros foi constituído pelo BAÍ, S. A. R. L., e o montante remanescente foi constituído pelo BSA, IFI (nota n.º 51.2).

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, os débitos para com clientes a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2005	2004
Até três meses	30 241 454	11 052 155
De três meses a um ano	121 430	689 243
	<u>30 362 884</u>	<u>11 741 398</u>

20 — Débitos para com empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2005, o BAÍE dispõe de débitos no montante de 832 081 euros para com a sua participada Founton, Ltd.

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de passivos subordinados consiste na emissão de obrigações de caixa subordinadas, apresentando as seguintes características técnicas (notas n.ºs 40 e 51.2):

Emitente: Banco BAÍ Europa, S. A.;
 Subscritor: Banco Sul Atlântico, IFI;
 Modalidade: emissão de obrigações de caixa subordinadas;
 Data de emissão: 30 de Junho de 2004;

Data de vencimento: seis anos, a contas da data de emissão;

Subordinação do empréstimo: em caso de falência ou liquidação do emitente, o reembolso das obrigações, bem como o pagamento de juros, ficam subordinados ao prévio reembolso de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores prioridade sobre os accionistas da sociedade emitente;

Fundos próprios: considerado para efeitos de fundos próprios complementares (*lower tier 2*), dentro dos limites estabelecidos no aviso n.º 12/92, de 22 de Dezembro, de acordo com autorização expressa do Banco de Portugal.

23 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales	1 477 151	1 540 898

	2005	2004
Créditos documentários abertos	5 746 511	2 659 726
Fianças e indemnizações	500	500
	<u>7 224 162</u>	<u>4 201 124</u>

Os valores registados nas rubricas de garantias e avales e de créditos documentários abertos, encontram-se garantidos por depósitos de instituições de crédito no montante de 1 300 000 euros e de 2 730 443 euros, respectivamente (nota n.º 18).

Estes depósitos foram constituídos pelo BAÍ, S. A. R. L. (nota n.º 51.2).

	2005	2004
Activos dados em garantia	2 735 599	6 901 794

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo da rubrica de activos dados em garantia inclui a cedência de depósitos caução junto de outras instituições financeiras e penhor de títulos de investimento (notas n.ºs 7 e 10).

Nessa mesma data, o montante correspondente a 572 236 euros da rubrica de activos dados em garantia encontra-se contra-garantido através de depósitos de instituições de créditos em igual montante (nota n.º 18). Estes depósitos foram constituídos pelo BAÍ, S. A. R. L. (nota n.º 51.2).

	2005	2004
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis	5 974 731	3 874 561
Compromissos revogáveis	—	—
	<u>5 974 731</u>	<u>3 874 561</u>

A rubrica correspondente a compromissos irrevogáveis diz respeito linhas de crédito concedidas irrevogavelmente a clientes que não se encontram a ser utilizadas.

	2005	2004
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Por depósito e guarda de valores	58 420 266	56 667 841
Por cobrança de valores	34 706	42 725
	<u>58 454 972</u>	<u>56 710 566</u>

O valor apresentado na rubrica de por depósito e guarda de valores diz respeito a títulos representativos de capital de sociedades.

O BAÍE realiza operações derivadas no âmbito da sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2005, a actividade desenvolvida pelo BAÍE em operações derivadas traduz-se pelos seguintes valores contabilísticos:

	2005	2004
Contratos de taxa de câmbio:		
Operações cambiais à vista	2 303 620	2 401 468
Operações cambiais a prazo (nota n.º 33)	1 244 759	1 143 893
Swaps cambiais (nota n.º 33) ...	33 203 569	37 970 083
	<u>36 751 947</u>	<u>41 515 444</u>

Contratos sobre opções:

Opções vendidas (nota n.º 33)	1 412 789	1 223 601
-------------------------------	-----------	-----------

24 — Provisões para crédito, títulos e outros riscos e encargos:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 os movimentos ocorridos na rubrica de provisões, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Diferenças cambiais	Saldo final
Provisões para créditos de cobrança duvidosa:						
Para crédito (nota n.º 14)	—	352 056	(166 765)	—	—	185 291
Provisões para crédito e juros vencidos:						
Para crédito (nota n.º 14)	6 126 788	1 819 297	(2 347 973)	—	—	5 598 112
Provisões para risco-país:						
Para crédito (nota n.º 14)	39 805	477 845	(479 608)	—	—	38 042
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota n.º 7)						
	—	5 799 695	(5 795 721)	—	4 357	8 331
Provisões para riscos gerais de crédito	345 459	307 556	(297 871)	—	—	355 144
Provisões para riscos bancários gerais	151	15 435	(15 586)	—	—	—
Provisões para outros riscos e encargos	320 000	—	—	(307 880)	—	12 120
	6 832 203	8 771 884	(9 103 524)	(307 880)	4 357	6 197 040

O montante apresentado no saldo inicial (31 de Dezembro de 2004) de provisões para outros riscos e encargos destina-se a fazer face a liquidações oficiosas de impostos. O valor apresentado resultou do relatório emitido pelos serviços de inspecção fiscal em resultado de inspecção efectuada no final de 2004 aos exercícios económicos de 2001 e 2002. As utilizações efectuadas em 2005 resultam do pagamento das respectivas notas de liquidação.

25 — Critério de classificação dos títulos e dos investimentos financeiros:

Os critérios de classificação dos investimentos financeiros e da carteira de títulos encontram-se definidos nas alíneas d) e e) da nota n.º 3, respectivamente.

27 — Contas de acréscimos e deferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2005, as contas de acréscimos e deferimentos activas têm o seguinte detalhe:

	2005	2004
Proveitos a receber:		
De aplicações em instituições de crédito	361 999	25 160
De crédito	206 302	150 074
De títulos	18 699	19 940
Outros	28 146	80 959
	615 146	276 133
Despesas com custo diferido:		
Seguros	18 499	16 844
Outros	26 439	52 680
	44 938	69 523
	660 084	345 656

Em 31 de Dezembro de 2005, as contas de acréscimos e deferimentos passivas têm o seguinte detalhe:

	2005	2004
Custos a pagar:		
De recursos de instituições de crédito	625 484	180 466
De depósitos	42 125	15 907
De empréstimos subordinados	386	797
De custos administrativos	118 116	144 982
Outros	115 756	96 603
	901 867	438 756
Receitas com proveito diferido:		
De crédito	2 065	—
De títulos	43 868	5 060
De operações extrapatrimoniais	32 837	36 840
Outros	6 181	—
	84 951	41 900
	986 818	480 656

28 — Valorização da carteira de títulos:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o montante ainda não imputado a resultados referente a títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso ascende a 55 154 euros.

29 — Movimentos nas rubricas de capital próprio:

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram como segue:

	Saldo inicial	Diminuições	Aplicação do resultado	Saldo final
Capital subscrito	17 500 000	—	—	17 500 000
Reserva legal	257 379	—	—	257 379
Resultados transitados	635 036	—	(4 460 227)	(3 825 191)
Lucro/(prejuízo) do exercício	(4 460 227)	(188 394)	4 460 227	(188 394)
	13 932 188	(188 394)	—	13 743 794

Capital subscrito: o capital, totalmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 3 500 000 acções, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada. Em 31 de Dezembro de 2005, o BAÍ, S. A. R. L., instituição de crédito residente em Angola, detém 99,99% do capital do Banco.

31 — Outros activos e passivos:

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros activos tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Devedores:		
IVA a recuperar	173 674	150 769
Devedores diversos	—	13 164
	<u>173 674</u>	<u>163 933</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros passivos tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Credores:		
Fornecedores	56 716	65 387
Credores diversos	—	—
	<u>56 716</u>	<u>65 387</u>

	2005	2004
Outras exigibilidades:		
Sector público administrativo:		
IVA a pagar	3 166	—
Retenção de impostos na fonte ...	31 840	44 786
Contribuições para a segurança social	6 022	7 089
Outros	—	—
Responsabilidades com pensões de reforma (nota n.º 49)	53 841	630 598
Responsabilidades com cuidados médicos SAMS	44 261	—
Responsabilidades com prémio de antiguidade ACTV	103 835	—
Outras	4 183	4 219
	<u>247 148</u>	<u>686 692</u>
	<u>303 864</u>	<u>752 079</u>

33 — Operações a prazo:

Em 31 de Dezembro de 2005, a repartição do valor contabilístico das operações a prazo por maturidades residuais é:

	Até três meses	De três meses a 12 meses	Superior a 12 meses	Total
Contratos de taxa de câmbio:				
Contratos a prazo de taxa de câmbio (nota n.º 23)	1 244 759	—	—	1 244 759
Swaps cambiais (nota n.º 23)	4 012 037	20 034 755	9 156 777	33 203 569
Contratos sobre acções:				
Opções vendidas (nota n.º 23)	—	—	1 412 789	1 412 789
	<u>5 256 796</u>	<u>20 034 755</u>	<u>10 569 566</u>	<u>35 861 117</u>

A negociação de contratos a prazo de taxa de câmbio é efectuada com clientes, sendo que cada operação é coberta em simultâneo através de operação inversa negociada junto do mercado cambial.

A rubrica de contratos a prazo de taxa de câmbio (contratos *forward*) diz respeito à contratação de oito operações *forward*:

	Contratos <i>forward</i>	
Compra	EUR	309 412
	USD	370 000
<i>Subtotal</i>	EUR	<u>623 051</u>
Venda	USD	370 000
	EUR	308 069
<i>Subtotal</i>	EUR	<u>621 708</u>
<i>Total</i>	EUR	<u>1 244 759</u>

As reavaliações das operações *forward* contratadas encontram-se registadas nas contas de regularização activas na rubrica de contas de regularização. A rubrica de *swaps* cambiais diz respeito à contratação de três *swaps*, um contrato com um banco não residente e dois contratos com um banco residente, com as seguintes características:

	Banco residente		Banco não residente	
Segmento à vista:				
Compra	EUR	12 000 000	USD	5 493 600
Venda	USD	14 106 600	EUR	4 500 000

	Banco residente		Banco não residente	
Segmento a prazo:				
Compra	USD	14 211 600	EUR	4 500 000
Venda	EUR	12 000 000	USD	5 493 600

Os prémios e descontos das operações *swap* contratadas encontram-se registados nas contas de regularização activas na rubrica de contas de regularização. A negociação de operações de *swap* é efectuada com o objectivo de gestão da liquidez do Banco por moeda. A rubrica de opções vendidas diz respeito à venda pelo Banco de uma opção de compra de um crédito de uma instituição de crédito a uma entidade que é cliente do Banco. A maturidade deste produto financeiro coincide com a maturidade desse crédito (16 de Agosto de 2012), e o valor relevado na rubrica extrapatrimonial corresponde ao valor total do crédito em aberto dessa entidade junto da outra instituição de crédito. O prémio respeitante à opção vendida é no valor 12 500 dólares. A totalidade do valor encontra-se registada no balanço como proveito diferido na rubrica de contas de regularização no passivo (nota n.º 27).

34 — Efectivos:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o número de efectivos ao serviço do BAÍE, em média e no final do período, eram os seguintes:

	Média do período	Final do período
Administradores	2	2
Quadros superiores	4	3
Outros quadros e colaboradores	14	13
	<u>20</u>	<u>18</u>

35 — Remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

O total das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos de administração e fiscalização durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 ascenderam a:

	2005	2004
Remunerações totais	317 000	340 188

O Banco não assume quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou sobrevivência, adiantamentos, créditos ou garantias de qualquer espécie para com os membros dos referidos órgãos.

37 — Activos e passivos em moeda estrangeira:

Os elementos patrimoniais, expressos em moeda estrangeira e convertidos para euros com base no câmbio oficial de divisas, totalizavam globalmente os seguintes valores:

	2005	2004
Activos em moeda estrangeira	119 627 393	37 543 161
Passivo em moeda estrangeira	(123 338 420)	(47 751 929)
Mismatch sem posição cambial FX SWAP	(3 711 027)	(10 208 768)
Posição cambial FX SWAP	3 371 027	10 403 715
Mismatch final	(340 000)	194 947

38 — Segmentação dos principais elementos da demonstração de resultados e do balanço por linhas de negócio e por mercados geográficos:

A informação relativa aos elementos da demonstração de resultados e do balanço findo a 31 de Dezembro de 2005 não se encontra disponível em formato que possibilite a ventilação por mercados geográficos, encontrando-se apenas disponível informação referentes a activos e a passivos por linhas de negócio:

	Trading and sales	Pagamentos e liquidação	Banca comercial	Corporate finance	Total
Balanço:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	409 408	—	183 091	—	592 499
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 508 322	—	155 130	—	1 663 452
Outros créditos sobre instituições de crédito	121 529 317	—	—	—	121 529 317
Créditos sobre clientes	402 555	—	18 075 172	12 731 941	31 209 668
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 560 525	—	—	—	2 560 525
Participações	707 754	—	—	—	707 754
Activo líquido total	127 117 881	—	18 413 393	12 731 941	158 263 215
Débitos para com instituições de crédito	94 376 276	—	—	—	94 376 276
Débitos para com clientes	663 192	—	38 141 399	858 898	39 663 489
Passivos subordinados	4 500 000	—	—	—	4 500 000
Passivo líquido total	99 539 467	—	38 141 399	858 898	138 539 764
Posição líquida total	27 578 414	—	(19 728 006)	11 873 043	19 723 451

39 — Demonstração dos outros proveitos e custos de exploração e resultados extraordinários:

Os outros proveitos e custos de exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Outros proveitos e lucros:		
Prestação de serviços diversos	1 405	12 926
Reembolso de despesas	40 509	23 490
Outros	23 139	67 310
	65 053	103 726
Outros custos e prejuízos:		
Quotizações e donativos	1 450	2 374
Outros	3 897	1 311
	5 347	3 685

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relat. a exercícios anteriores	12 029	117 006
Outros ganhos extraordinários	4 314	11 424
	16 343	128 430
Perdas extraordinárias:		
Perdas relat. a exercícios anteriores	24 851	288 177
Outras perdas extraordinárias	68 886	7 604
	93 737	295 781

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras perdas extraordinárias inclui perdas no valor de 30 000 euros respeitantes a falhas operacionais e eventos que não se encontravam cobertos por contrato segurado.

40 — Encargos com passivos subordinados:

Em 31 Dezembro de 2005, os montantes dos encargos imputados e dos encargos pagos no exercício relativos a passivos subordinados é 197 613 euros e 196 815 euros, respectivamente (notas n.ºs 22 e 51.2).

Do valor total dos encargos imputados em resultados do exercício, o montante correspondente a 142 802 euros encontra-se registado na margem financeira e o montante remanescente encontra-se registado na margem complementar.

41 — Carga fiscal a imputar paga e a pagar:

	2005	2004
Impostos imputados a resultados	4 867	7 398
Impostos pagos	—	—
Impostos a recuperar	—	—
Impostos a pagar	4 867	7 503
Insuficiência de estimativa de imposto (a)...	—	105
Impostos a recuperar ajustado	—	—

(a) Imputado nos resultados de 2005 — outras perdas extraordinárias (nota n.º 39)

Da estimativa de imposto efectuada para o exercício de 2005 não se verificam situações de diferenças temporais reversíveis entre resultados contabilísticos e resultados tributáveis que originem pagamentos de impostos sobre o rendimento em exercícios futuros.

47 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio ou de controlo conjunto:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, as transacções efectuadas com entidades com relação de domínio ou de controlo conjunto foram as seguintes:

	Founton, Ltd.	BAÍ, S. A. R. L.
Juros e proveitos equiparados	291 086	5 258
Juros e custos equiparados	6 800	1 364 000
Margem financeira	284 285	(1 358 742)
Comissões líquidas	30 132	106 330
Produto bancário	314 418	(1 252 412)

49 — Pensões de reforma e de sobrevivência e outros benefícios de empregados pós-emprego e de longo prazo:

Tal como descrito na alínea l) da nota n.º 3, o Banco assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV anexo ao contrato de adesão ao fundo de pensões da PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. As responsabilidades do BAÍE são reconhecidas em conformidade com o estabelecido no aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, de 23 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos avisos do Banco de Portugal n.º 7/2002, de 31 de Dezembro, n.º 4/2005, de 28 de Fevereiro, e n.º 12/2005, de 30 de Dezembro.

A PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir o fundo de pensões.

O método de valorização actuarial utilizado é o *projected unit credit*.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os colaboradores e pensionistas beneficiários de plano de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	2005	2004
Colaboradores	17	19
Pensionistas	1	1
Ex-participantes	14	12

No decorrer de 2005 verificaram-se um conjunto de alterações de pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões:

	Pressupostos 2005	Pressupostos 2004
Tábua de mortalidade	TV — 73/77	TV — 73/77
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões (percentagem)	5,50	4,0
Taxa de rendimento dos salários pensionáveis (percentagem)	2,75	2,5
Taxa de crescimento das pensões (percentagem)	1,75	—
Taxa de desconto (percentagem)	4,25	4,0

Para além do Plano de Pensões do ACTV, o BAÍE concedeu aos seus trabalhadores uma pensão complementar até 30 de Junho de 2005, prevista no plano complementar ao ACTV. No âmbito deste plano, os trabalhadores vinculados nessa data têm direito a uma pensão complementar de reforma e sobrevivência, calculada em função do tempo de serviço prestado no BAÍE e o salário auferido até essa mesma data.

No âmbito do Plano de Pensões do ACTV, o estudo actuarial que serviu de base aos registos a 31 de Dezembro de 2005 contempla o período de serviço total na banca de todos os colaboradores ao serviço do BAÍE nessa data. Relativamente à população composta pelos ex-participantes no fundo, o período considerado para efeito de cálculo de responsabilidades foi o tempo de serviço no BAÍE.

Adicionalmente, e nos termos previstos no aviso n.º 12/2001, com redacção introduzida pelo aviso n.º 12/2005, de 30 de Dezembro, o Banco antecipou algumas alterações contabilísticas decorrentes da transição para Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), designadamente o reconhecimento de responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com benefícios de empregados de longo prazo (prémio de antiguidade ACTV) previsto na Norma Internacional de Contabilidades n.º 19 (IAS 19). O montante de responsabilidades com o SAMS e prémios de antiguidades ascende nessa data 44 261 euros e 103 835 euros, respectivamente encontrando-se integralmente reconhecidas nas através da constituição de uma provisão na rubrica de responsabilidades com pensões de reforma (nota n.º 31).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor actual das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência é como segue:

	2005	2004
Responsabilidades por serviços passados:		
Responsabilidades por pensões em pagamento (a1)	180 517	155 310
Responsabilidades por serviços passados (a1) de colaboradores no activo	911 112	995 549
(a)		
Plano ACTV (a2)	1 091 629	1 150 859
Plano complementar ao ACTV (a2)	1 004 920	1 006 714
(a)	86 709	144 145
(a)	1 091 629	1 150 859
Responsabilidades por serviços futuros (b)	934 843	1 547 213
Responsabilidades por serviços totais (a + b)	2 026 472	2 698 072

A cobertura das responsabilidades com invalidez e sobrevivência imediata de todos os colaboradores é efectuada, de forma irrevogável, através de um contrato de seguro de vida risco que apresenta a seguintes condições:

Seguradora: Ocidental — Companhia de Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.;

Tomador do seguro: Banco BAÍ Europa, S. A.;

Duração do contrato: contrato anual, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano no dia 1 de Janeiro de cada ano;

Grupo segurável: trabalhadores permanentes do tomador do seguro, que tenham idade actuarial inferior a 65 anos, que não se encontrem em baixa clínica à data de aceitação do risco pela seguradora, e que sejam aceites as respectivas propostas de adesão;

Beneficiários: Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

A cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	2005	2004
Responsabilidade de pensões em pagamento (a)	180 517	155 310
Responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo (b)	911 112	995 549
Responsabilidades totais (c = a + b)	1 091 629	1 150 859
Situação patrimonial do fundo de pensões:		
Saldo inicial	526 548	515 395
Rendimento do fundo de pensões (líquido)	79 530	22 452
Contribuições para o fundo de pensões	437 352	—
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(11 581)	(11 299)
(d)	1 031 849	526 548
Grau de cobertura (d / c) (percentagem)	94,5	45,8
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir (e = a + b x 95%)	1 046 074	1 101 082
Valor necessário a transferir para o fundo de pensões (e - d)	14 225	574 534

Da análise da informação apresentada no quadro acima, salienta-se o grau de cobertura de responsabilidades pelo fundo de pensões é praticamente idêntico ao nível mínimo legalmente exigido.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras registam os seguintes registos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

Total de responsabilidades por pensões em pagamento	180 517
Total de responsabilidades por serviços passados	911 112
(a)	1 091 629
Situação patrimonial do fundo de pensões (b)	1 031 849
Respons. com pensões de reforma (nota n.º 31) (c) ...	54 853
Corredor (menor dos dois valores)	109 163
10% total de responsabilidades serviços passados ...	109 163
10% valor dos activos do Fundo de Pensões	103 185
Flutuação de valores (contas de regular. no passivo) (d)	(1 012)
Responsabilidade não reconhecida (a - b - c - d)	5 939

Os valores do exercício apresentados não foram registados de uma forma desdobrada, embora não tenha qualquer impacto ao nível dos resultados, de acordo com o referido estudo actuarial:

Custo do serviço corrente	66 713
Custo dos juros	45 811
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(20 689)
(a)	91 834
Ganhos actuariais (b)	(219 013)
Total de responsabilidades com cuidados médicos — SAMS	44 261
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade — ACTV	103 835
(c)	148 096
Impacto final (custo) (a) + (b) + (c)	20 918

50 — Participações financeiras e saldos em aberto:

A informação mais relevante relativa à participação financeira detida pelo BAÍE, com referência a 31 de Dezembro de 2005, é apresentada em seguida:

	Sede	Moeda	Porcentagem de participação	Activo líquido	Capital próprio	Result. líquido do exerc.	Valor de balanço
Founton	Gibraltar	USD	17,0	43 582 501	18 153 578	162 280	707 754

Taxa de conversão EUR/USD 1,1797 aplicada directamente às rubricas apresentadas.

A exposição para efeitos de concentração de riscos da parte correspondente à participação financeira encontra-se coberta através de um depósito-caução do BSA, IFI (v. notas n.ºs 18 e 51.2).

A 31 de Dezembro de 2005 os saldos em aberto nas demonstrações financeiras do Banco com a empresa participada Founton são os seguintes:

	Saldos em balanço e rubricas extrapatrimoniais
Financiamentos	4 412 887
Depósitos à ordem ou a prazo	(832 081)
Responsabilidades por assinatura	—

51.1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Caixa	184 032	155 439
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	408 467	818 572
	592 499	974 011

Entidades	Balanço	Rubricas extrapatrimoniais		
	Tomada de fundos e depósitos à ordem ou a prazo	Créditos documentários em aberto	Garantias emitidas	Activos recebidos em garantia/cauções recebidas
BSA, IFI	(a) 46 779 492	—	—	707 754
BAÍ, S. A. R. L.	51 209 167	5 220 280	1 300 000	8 224 620
	97 988 659	5 220 280	1 300 000	8 932 374

(a) Inclui dívida subordinada no montante de 4 500 000 euros (notas n.ºs 22 e 40).

51.3 — Processos judiciais e outras responsabilidades contingenciais:

Em 2004, o conselho de administração aprovou um plano de reestruturação do Banco com o objectivo de reduzir custos e redireccionar o negócio do Banco, visando o seu crescimento. A sua implementação teve início em Abril de 2004 tendo da mesma resultado a redução de nove postos de trabalho. O Banco chegou a acordo com três dos trabalhadores abrangidos pela reestruturação para a rescisão dos respectivos contratos de trabalho, tendo desencadeado um processo de despedimento colectivo relativamente aos restantes colaboradores.

Tendo os trabalhadores abrangidos pelo despedimento colectivo impugnado a decisão do Banco em tribunal, este será obrigado, no decorrer de 2006, a continuar a suportar custos adicionais com a defesa da sua posição, não se conhecendo a esta data o seu desfecho final e consequentes impactos nas demonstrações financeiras.

Por deliberação do conselho de administração do Banco de Portugal, de 27 de Fevereiro de 2006 foi aplicada ao Banco BAÍ Europa, S. A., uma coima única de 100 000,00 euros, cuja execução, nos termos da mesma deliberação, ficou totalmente suspensa pelo período de três anos. A coima aplicada ao Banco refere-se à prática de quatro contra-ordenações por factos ocorridos no âmbito da gestão corrente atribuída em especial ao ex-administrador José Manuel Serrão.

O Conselho de Administração: *Mário Palhares*, presidente — *Paula Gray*, vice-presidente — *José Paiva*, vice-presidente — *António Pinto Duarte*, administrador — *Manuel Vicente*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Banco BAÍ Europa, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 154 006 571 euros e um total de capital próprio de 13 743 794 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 188 394 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

51.2 — Débitos e créditos para com outras instituições de crédito do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco dispunha de débitos para com o BAÍ, S. A. R. L., e para com o BSA, IFI, no montante de 51 209 167 euros (nota n.º 18) e 46 779 492 euros (nota n.º 18), respectivamente.

Do montante total de débitos referidos no parágrafo anterior, e conforme referido nas notas n.ºs 14, 18, 23 e 50, o valor correspondente a 8 932 374 euros, encontram-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes, de garantias e avales, de créditos documentários, de activos dados em garantia pelo Banco e de cobertura de exposição de concentração de riscos com participações financeiras.

O resumo das posições em aberto com instituições de crédito do grupo no balanço e nas rubricas extrapatrimoniais do Banco é a seguinte:

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Banco BAÍ

Europa, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

8.1 — Conforme referido na nota n.º 51.3 do anexo às demonstrações financeiras, o conselho de administração aprovou, no decurso do exercício de 2004, um plano de reestruturação do Banco, com o objectivo de reduzir custos e redireccionar o seu negócio visando a sua consolidação e rentabilidade.

Da implementação deste plano resultou um processo de despedimento colectivo de seis colaboradores, tendo este sido impugnado em tribunal pelos colaboradores afectados. O Banco tem vindo a apresentar a defesa da sua posição nos processos judiciais em curso, não se conhecendo a esta data o desfecho final e consequentes impactos nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 17 de Março de 2006. — Ernst & Young Audit & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *João Carlos Miguel Alves*, revisor oficial de contas — *Ana Salcedas*.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente o fiscal único apresenta o seu relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão, apresentados pelo conselho de administração do Banco BAI Europa, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Ao longo do exercício, acompanhámos os negócios e a gestão do Banco, inteiramo-nos dos actos do conselho de administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisámos também o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, compreendendo o balanço, as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e o respectivo anexo.

Nesta mesma data emitimos a certificação legal das contas e o relatório anual sobre a fiscalização efectuada, os quais endereçámos ao conselho de administração.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do Banco BAI Europa, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pelo Banco, que constam das notas às demonstrações financeiras.

Nestes termos o fiscal único é de parecer:

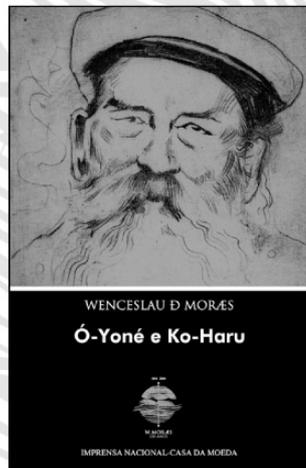
1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e o respectivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

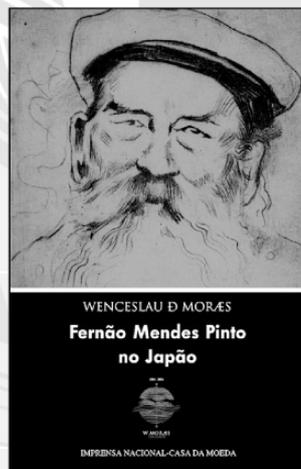
Finalmente desejamos agradecer ao conselho de administração e a todo o pessoal ao serviço do Banco com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 17 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *João Carlos Miguel Alves*, revisor oficial de contas.
3000204020

WENCESLAU D MORÆS



Ó-YONÉ E KO-HARU
Introdução e organização
de **TEREZA SENA**



**FERNÃO MENDES PINTO
NO JAPÃO**

Introdução e organização
de **ANA PAULA LABORINHO**